



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO LOGÍSTICO
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS
(DFPC – 1982)**

Brasília/DF

11ABR17

ATA DA 1ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DA DFPC

Local: Sala de Videoconferências do Comando Logístico, 2º Piso do Bloco C do Quartel-General do Exército

Data: 11ABR17

Horário: 14h50min até 17h45min

Participantes

Vice-Presidente do Conselho Consultivo	Gen Bda Ivan Ferreira Neiva Filho
Presidente/Representante da Associação Brasileira de Atiradores Civis (ABATE)	Arnaldo Adasz
Presidente/Representante da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIM-DE)	Carlos Frederico Queiroz de Aguiar
Representante da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais Explosivos e Agregados (ABIMEX)	Gen Bda R1 Carmo Antônio Russo
Presidente/Representante da Confederação Brasileira de Tiro Prático (CBTP)	Demétrius da Silva Oliveira
Representante da Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQuim)	Éder da Silva
Representante da Confederação Brasileira de Tiro Esportivo (CBTE)	Jodson Gomes Edington Junior
Colecionador/Atirador/Çaçador registrado no EB	Luís David Fernandes Boz
Representante do Sindicato da Indústria de Explosivos do Estado de São Paulo (SINDEX)	Odair José Santos
Representante da Associação Brasileira de Blindagem (ABRABLIN)	Gen Bda R1 Paulo Benedito Pacheco
Presidente/Representante da Associação Nacional da Indústria de Armas e Munições (ANIAM)	Salésio Nuhs
** Colecionador/Atirador/Çaçador registrado no EB	Carlos Eugênio Mendes de Moraes Júnior
** Colecionador/Atirador/Çaçador registrado no EB	Cel R1 Paulo Sérgio Augusto do Amaral

** Não compareceu

Pauta do Dia:

- Normatização do Processo de Funcionamento do Conselho Consultivo do Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados;
- Apresentação do Plano de Gestão de Fiscalização de Produtos Controlados;
- Apresentação do planejamento de revisão de legislação para o ano de 2017; e
- Outros assuntos julgados cabíveis.

O vice-presidente do Conselho Consultivo, General de Brigada **Ivan Ferreira Neiva Filho**, deu as boas-vindas aos conselheiros acima nomeados e empossados em solenidade ocorrida minutos antes no Auditório do Comando Logístico (COLOG). A seguir, informou que o Comandante Logístico e presidente do Conselho Consultivo, General de Exército **Guilherme Cals Theóphilo Gaspar de Oliveira**, delegou a ele a condução dos trabalhos, e aproveitou para esclarecer que, ainda que as ações da DFPC estejam no mesmo patamar das de uma agência reguladora, a DFPC não é uma agência reguladora, permanecendo subordinada ao Comando do Exército para todos os fins de direito.

Dito isso, o Gen **Neiva** lembrou que a missão constitucional de fiscalizar Produtos Controlados (PCE) atribuída ao Exército deve considerar a tríade que representa os interessados nesse produto: Estado, Sociedade Brasileira e Usuários do SisFPC. Com o Estado, o Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados (SisFPC) tem contato constante, pois atua exclusivamente à luz da legalidade. Para atender aos demais elementos da tríade, surgiu a necessidade de criar um instrumento formal de interlocução que proporcionasse ao Sistema o *feedback* necessário para suas ações e os resultados obtidos. Esse instrumento é o Conselho Consultivo da DFPC.

O Conselho Consultivo foi instituído pela Portaria 21/COLOG, de 02FEV17. É constituído por conselheiros representantes de diversas áreas afetas a PCE que vão atuar como porta-vozes das categorias ou dos interesses que representam prestando assessoramento em decisões sobre assuntos atinentes à fiscalização. O Gen **Neiva** acrescentou que o Conselho Consultivo está aberto para quaisquer assuntos de interesse relacionados a PCE, sem qualquer tipo de restrição, e que espera contar com a assessoria de todos os consultores para o aprimoramento do Planejamento Estratégico do SisFPC por meio de *inputs* sobre a atuação do Exército na fiscalização e a respectiva valoração, por parte dos fiscalizados, dessa atuação. Adicionalmente, informou que há planos de que os conselheiros, no futuro, sejam convidados a visitar instalações, conhecer *in loco* o que está sendo implantado e implementado no Sistema, acompanhar operações de fiscalização, entre outras ações. Esse acompanhamento do planejamento e também da execução da fiscalização vai proporcionar aos conselheiros a visão completa do trabalho e da atuação da DFPC, possibilitando que a assessoria a ser prestada esteja calçada na realidade do Sistema e em seus limites.

Quanto aos encontros do Conselho Consultivo, o Gen **Neiva** salientou que os presenciais deverão ocorrer a intervalos de quatro meses -- exceto em caso de reuniões extraordinárias -- e que poderão ser sediadas em outros locais como, por exemplo, algum SFPC de Região Militar. Também serão criados mecanismos de contato eletrônico, como e-mails e possivelmente videoconferências, para que o contato e a continuidade dos trabalhos sejam facilitados, independentemente da presença física, uma vez que a carga de trabalho destinada ao Conselho é grande e a expectativa é aproveitar ao máximo as capacidades que o integram.

Feito isso, o Diretor de FPC solicitou que todos à mesa se apresentassem.

O Representante da ABATE, Sr. **Arnaldo Adasz**, informou que tem idéias sobre uma governança de fiscalização informatizada que reduziria ao mínimo as tarefas do SisFPC, diminuindo o efetivo do EB necessário para a fiscalização e ainda aumentando a eficiência dos serviços prestados. O Gen **Neiva** salientou a disponibilidade de conhecer o sistema e colocou o Conselho à disposição para tal finalidade.

O Sr. **Carlos Aguiar**, representante da ABIMDE, manifestou o interesse de que a legislação que regula o tema PCE seja revista, desburocratizando o Sistema e criando uma que realmente proporcione controle e que ainda seja simples e eficiente.

O representante da ABIMEX, Gen Bda R1 **Russo**, apresentou a instituição, fundada em 13 de março de 2017, como o resultado do objetivo de congregar as solicitações das empresas do

ramo. Mesmo sendo tão recente, salientou que seu trabalho já gerou frutos, como um relatório preliminar com mais de 30 observações, que podem auxiliar e oferecer contribuição ao Sistema, e que já foi entregue ao Gen **Neiva**.

O Sr. **Demétrius Oliveira**, representante da CBTP, salientou que a Confederação tem interesse em estabelecer uma parceria com a indústria nacional para que seja oferecido ao atleta o material de que mais necessita, cuja oferta hoje é muito limitada. Ressaltou que o principal problema enfrentado pelo atirador no SisFPC é a falta de padronização de procedimentos e que dificuldades em itens básicos, como Guia de Tráfego, Certificado de Registro, aquisição de PCE, causam sérios transtornos ao atleta, e lembrou que a CBTP já vem apresentando, à DFPC, vários trabalhos que mostram essas dificuldades. Na continuidade, ressaltou sua preocupação para com a demanda "informal" por armas de fogo, consideravelmente maior que a demanda formal, e o conseqüente risco, para o atleta e a sociedade, do desvio desse tipo de PCE.

O representante da ABIQuim, Sr. **Éder da Silva**, afirmou que esta tem, entre seus associados, mais de 180 fabricantes -- desde aqueles que produzem fertilizantes até os que fabricam resinas termoplásticas --, e que há necessidade de maior sinergia entre o Exército e outras agências relacionadas de algum modo a PCE, especialmente no que diz respeito a Comércio Exterior e ao SISCOMEX. Nesse momento, o Gen **Neiva** tomou a palavra ressaltando que um portal único de Comércio Exterior, em substituição ao atual SISCOMEX, é prioridade absoluta para o SisFPC.

O Sr **Jodson Edington**, representante da CBTE, reforçou a necessidade de padronização de procedimentos em todos os SFPC, pois as interpretações diferentes dificultam muito o processo e geram uma burocracia absurda. A Confederação está pronta a cumprir a legislação, mas solicita coerência em sua aplicação, especialmente para que possa atuar no incentivo à prática do esporte.

O Sr **Luís Boz**, com sua vasta experiência no assunto de armas de fogo, ressaltou que a principal missão da DFPC é a preservação da vida humana e que, com sua visão tríplice de atleta de tiro, ex-PM e auditor da Receita Federal, espera contribuir com o Conselho e pretende, especialmente, pleitear em prol das necessidades dos PM de todo o País, cujas vidas estão em permanente risco e que são os únicos profissionais de arma de fogo que não têm acesso a uma arma de calibre 9mm. O Gen **Neiva** fez então uso da palavra para informar que há um projeto de Portaria, já em apreciação pelo EME, que contempla a arma 9mm e a .40 para todos os representantes do Art. 6º da Lei 10.826/2003.

O Sr. **Odair Santos**, representante do SINDEIX, reforçou que as empresas sempre sentiram falta dessa oportunidade de contato, agora proporcionada pelo Conselho Consultivo, com a DFPC. Também reforçou a necessidade de padronização do entendimento da legislação e de esclarecimentos, por parte da Diretoria, das situações que podem gerar dubiedade de interpretação.

O representante da ABRABLIN, Gen Bda R1 **Pacheco**, agradeceu a oportunidade e informou que deseja, com sua vasta experiência na área, colaborar ativamente com os colegas e com o Conselho, uma vez que há muitos pontos a serem aclarados na legislação e questões que têm urgência de definição.

O Sr. **Salésio Nuhs**, da ANIAM, salientou que de nada vale criar a legislação sem criar a estrutura que possibilite a execução. Ratificou a posição dos colegas de que a falta de padronização é um grande óbice para a fiscalização de PCE e que esta prejudica, especialmente, as lojas de armas. Isso porque, na atualidade, os compradores buscam os meios digitais para suas compras, e as vendas pela internet não são possíveis porque os sistemas do SisFPC não

contemplam a fiscalização das vendas por meios eletrônicos. Não há Tecnologia para isso, e as lojas estão deixando de auferir lucros em decorrência dessa falta.

O Sr. **Arnaldo Adasz** retomou a palavra questionando sobre o sigilo do que for discutido durante as sessões do Conselho, uma vez que, com certeza, muitos temas sensíveis serão tratados nas reuniões. O Sr. **Luís Boz** esclareceu que há ordenamento jurídico para a questão pois, mesmo integrando a iniciativa privada, enquanto interagem no Conselho Consultivo da DFPC os conselheiros são considerados, para efeitos penais, como servidores públicos. Logo, nenhum assunto de caráter sigiloso pode ser ventilado por um integrante do Conselho porque este estaria incorrendo em crime de sigilo funcional. O Gen **Neiva** esclareceu então que, quando o tema for de caráter sigiloso, ele vai informar previamente aos conselheiros e, nessa situação específica, a reunião ocorrerá a portas fechadas, ocasião em que todos os conselheiros estariam comprometidos à discricão absoluta até orientação em contrário.

A seguir, o Gen **Neiva** tratou do primeiro item da pauta, sobre a normatização do funcionamento do Conselho Consultivo da DFPC. Informou que estava disponibilizando um modelo de Estatuto na pasta oferecida a todos os conselheiros, mas que desejava voluntários para a elaboração do documento definitivo, e que este deveria estipular, entre outros itens, o grau de sensibilidade dos temas e o tratamento decorrente em tais casos.

O Sr. **Arnaldo Adasz**, o Sr. **Carlos Aguiar**, o Sr. **Demétrius Oliveira** e o Sr. **Luís Boz** voluntariaram-se para integrar uma equipe, chefiada pelo Gen Bda R1 **Pacheco**, para elaboração do documento. Quando pronta a proposta do Estatuto, a equipe a encaminhará para a DFPC, e esta se encarregará de reencaminhar o documento para todos os integrantes do Conselho.

Tratando agora da apresentação do Plano de Gestão do SisFPC, o Gen **Neiva** informou que o documento também havia sido disponibilizado a todos os conselheiros em suas respectivas pastas e que aguardava os posicionamentos dos presentes, especialmente quanto ao planejamento estratégico do Sistema. O objetivo é que haja uma avaliação diagnóstica permanente por parte dos administrados/Conselho Consultivo, o que ofereceria à DFPC uma conscientização situacional que permitiria que estivessemos sempre atualizados quanto ao cenário em que estamos atuando.

Apresentando o Planejamento Estratégico da DFPC para os presentes via imagens na tela, o Gen **Neiva** falou sobre a missão do Exército quanto à fiscalização de PCE e sobre o aumento exponencial, ao longo de 11 anos, nas solicitações de Certificados de Registro (CR) por parte tanto de pessoas físicas quanto jurídicas (aumento de 637% só nos pedidos para pessoa física). Mesmo com esse aumento de fiscalizados, as ações de fiscalização resultaram em uma redução de cerca de 30% nos crimes cometidos com explosivos apenas em 2016.

Ainda discutindo o cenário de fiscalização de PCE ao longo dos últimos anos, o Gen **Neiva** confirmou mais uma vez que a sociedade deseja que a DFPC fiscalize muito mais, que os cidadãos aspiram a que os serviços/produtos autorizados sejam adequados e seguros. Para esse fim, o Sistema deseja se valer de associações, empresas, transportadoras, pedreiras, prestadoras de serviço -- enfim, todos os que devem ser controlados -- como coadjuvantes na fiscalização; e também deseja alterar a legislação de modo a imputar mais responsabilidades legais na fiscalização e no controle de PCE para o usuário pessoa física. Isso em vista, ele solicitou que os conselheiros apreciassem o documento e apontassem sugestões para a estrutura do SisFPC e o funcionamento da fiscalização.

O Sr. **Luís Boz** aproveitou a deixa para lembrar que os SFPC/RM são subordinados administrativamente às RM, e subordinados à DFPC apenas para as ações de fiscalização. Essa dubiedade gera uma série de problemas na cadeia de comando, e resulta em dificuldades para a e na fiscalização. Perguntou, então, se há previsão de que os SFPC/RM sejam subordina-

dos, em todos os aspectos, exclusivamente à DFPC. O Gen **Neiva** informou que já há uma Portaria, em fase de elaboração, que trata do tema.

Ainda sobre legislação, o Gen **Neiva** acrescentou que há várias novas portarias em fase de discussão e elaboração. E que o diálogo está aberto para todas as sugestões dos interessados. Lembrou, inclusive, que desde o ano de 2016 a DFPC tem disponibilizado canais como reuniões temáticas, workshops, serviço de ouvidoria, para o interessado se manifestar sobre seus anseios quanto à legislação e à fiscalização de PCE.

Reafirmando mais uma vez que, embora suas ações de fiscalização estejam no patamar das ações de uma agência reguladora, a DFPC não é uma agência reguladora, o Sr. **Luiz Boz** pediu a palavra e informou que ele já entregara, nas mãos do antigo Comandante Logístico, General de Exército **Marco Antônio de Farias**, um documento por ele elaborado que possibilitaria que a DFPC, uma vez que exerce funções de uma agência reguladora, pusesse tanto gozar do *status* legal de uma agência reguladora quanto permanecer subordinada ao Comando do Exército. Os presentes manifestaram interesse em conhecer o documento, mas questionaram a possibilidade de abrir-se uma brecha para favorecimentos ilegais. O Gen **Neiva** esclareceu então que a DFPC já conta com o Manual de Conduta dos Integrantes do SisFPC, que orienta o militar quanto à sua postura perante situações adversas.

O Sr **Demétrius Oliveira** pediu a palavra e retomou o tema da padronização de procedimentos, demanda comum a todos os conselheiros. Solicitou que o SisFPC aprimore a comunicação interna, da RM até a "ponta da linha", de forma a unificar o entendimento e os procedimentos na fiscalização. Sugeriu ainda a criação de um *check list*, ou documento similar, com todos os procedimentos da fiscalização de PCE, que fosse único para as OM integrantes do Sistema, assim como um único vetor para disseminação de informes novos e de esclarecimento de dúvidas. O Gen **Neiva** falou que esse papel de disseminação de informações e padronização de procedimentos deve ser cumprido pelo site da DFPC.

Tomando a palavra, o Cel Valdir **Campo** Júnior, Chefe da Divisão de Regulação da DFPC, apresentou o tema da Racionalização das Normas de Fiscalização de PCE. Mostrou que existem, atualmente, um total de 85 Portarias e 10 Instruções Técnico-Administrativas (ITA) que normatizam a fiscalização de PCE. A seguir, apresentou o planejamento de revisão dessas normas proposto pela DFPC. O Gen **Neiva**, a partir desse planejamento, solicitou aos conselheiros: que se manifestassem quanto à sequência de prioridades nas revisões, apresentando uma nova ordem de prioridade, se julgado aplicável; se há necessidade de incluir algum item na atual sequência; e que apresentassem ações pontuais que, desde já, permitam que a DFPC comece a trabalhar alguns pontos específicos dessa legislação tão vasta. O objetivo é reunir as portarias e ITA em uma só de acordo com o tema tratado, o que facilitaria em muito a compreensão da legislação.

Concluindo, o Diretor FPC também informou que disponibilizará para avaliação imediata do Conselho três minutas de portarias que estão em fase de elaboração: Portaria de Avaliação Técnica; de Registro e de Blindagem. E que vai propor a criação de uma Portaria do Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados, que também deverá ser avaliada pelo Conselho. Após a aprovação do Estatuto do Conselho Consultivo a ser apresentado pela equipe do Gen **Pacheco**, serão criados grupos de relatoria que se dedicarão a trabalhar nas portarias e apresentar minutas para discussão.

Por fim, o Gen **Neiva**, após aprovação do Conselho Consultivo, definiu a data de 22 agosto, às 14h, para a próxima reunião do Conselho. Acrescentou que seria criado um e-mail exclusivo para tratar dos temas afetos ao Conselho Consultivo e que a troca de e-mails e videoconferências seriam utilizados para as discussões até a data da nova reunião. Adicionalmente, pediu que os conselheiros, quando não pudessem comparecer presencialmente às reuniões, o fizessem por videoconferência ou por outros meios, mas que não enviassem suplentes.

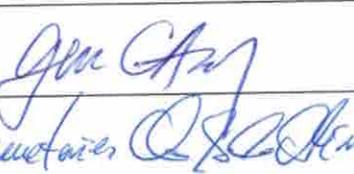
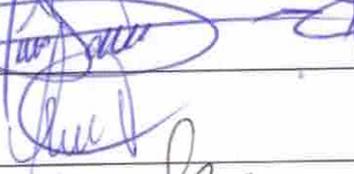
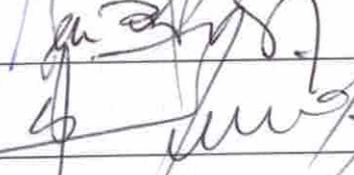
Disponibilizando a palavra aos conselheiros antes de encerrar a reunião, todos agradeceram a oportunidade de participar do Conselho e de serem ouvidos. O Sr. **Arnaldo Adasz** e o Sr **Demétrius Oliveira** manifestaram preocupação com a possibilidade de falsificação de documentos se as novas portarias não tratarem adequadamente do tema. Este último ainda sugeriu que elementos como os despachantes, que são os responsáveis por muitas irregularidades, também fossem registrados no SisFPC; e que houvesse mais capacitação de pessoal dos integrantes do Sistema. O Sr **Jodson Edington Jr** manifestou a necessidade de que o trabalho do Conselho Consultivo resulte em incentivo ao esporte do tiro, e o Sr. **Salésio Nuhs** salientou a importância de um eficiente controle das armas, com o combate ao contrabando e ao desvio que, além de não gerarem tributação nem empregos, ainda são utilizados para a prática de crimes. Finalizando, afirmou que a indústria é a primeira interessada em que o controle funcione, mas que o excesso de regulação prejudica o trabalho.

O Sr **Sérgio Bittencourt**, representante da Confederação de Tiro Defensivo, participou como ouvinte da primeira reunião do Conselho Consultivo e solicitou que, no futuro, houvesse alternância entre os elementos que o integram, a fim de que mais interessados pudessem se expressar. O Gen **Neiva** afirmou que a DFPC já havia chegado a essa conclusão e que assim será feito no futuro, quando da assunção de novos integrantes.

Nada mais havendo a tratar, o Vice-Presidente do Conselho Consultivo encerrou a reunião.

Brasília, 11 de abril de 2017

Assinam a presente Ata os Conselheiros:

Associação Brasileira de Atiradores Civis (ABATE)	Arnaldo Adasz	
Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIM-DE)	Carlos Frederico Queiroz de Aguiar	
Associação Brasileira das Indústrias de Materiais Explosivos e Agregados (ABI-MEX)	Gen Bda R1 Carmo Antônio Russo	
Confederação Brasileira de Tiro Prático (CBTP)	Demétrius da Silva Oliveira	
Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQuim)	Éder da Silva	
Confederação Brasileira de Tiro Esportivo (CBTE)	Jodson Gomes Edington Junior	
Colecionador/Atirador/Çaçador	Luís David Fernandes Boz	
Sindicato da Indústria de Explosivos do Estado de São Paulo (SINDEX)	Odair José Santos	
Associação Brasileira de Blindagem (A-BRABLIN)	Gen Bda R1 Paulo Benedito Pacheco	
Associação Nacional da Indústria de Armas e Munições (ANIAM)	Salésio Nuhs	



REGINA CÉLIA DE SOUZA LEMOS BARROS – Maj
Escriba



Gen Bda **IVAN NEIVA FERREIRA FILHO**
Vice-Presidente